



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 1/2018, 24 de fevereiro

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no Salão Multiusos de Vale do Peso, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
- 2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Orçamento – 2018.**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

O eleito **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares**, fez-se substituir por **António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho**.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha** e **Marco Fernando Duque de Mendonça**.

Os senhores vereadores **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes** e **Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto**, não estiveram presentes. A senhora Vereadora informou previamente a sua ausência.

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos.

PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida** e **expedida** de 29 de dezembro de 2017 a 24 de fevereiro de 2018, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

Fez referência a um mail do cidadão João Teresa Ribeiro que, por lapso, não constou do registo da correspondência anterior e, o qual, está inserido neste registo.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, fez distribuir o documento do **Estatuto do Direito de Oposição** remetido pela Câmara Municipal e o Relatório da CPCJ aos líderes das três forças políticas com assento nesta Assembleia.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que não está de acordo, pois este Executivo não tem nada a ver com o relatório aprovado, uma vez que o mesmo, é referente ao Executivo anterior. Disse, ter muitas dúvidas relativamente a um sucessivo conjunto de incumprimentos, do Estatuto do Direito de Oposição, considerando a votação deste, neste mandato, uma atitude generosa deste executivo.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 6/2017 da sessão extraordinária de 18 de novembro de 2017** à votação a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **18 (dezoito) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

- **5 (cinco) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **1 (uma) abstenção**, a saber:

- **1 (um) voto do Grupo do PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho (por não ter estado presente na referida reunião).

Pelos **eleitos da CDU**, foi apresentada uma recomendação intitulada **“Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento”**, a qual foi **admitida à discussão por unanimidade**.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, referindo que, esta recomendação vai no sentido da Câmara Municipal do Crato, se recusar a alienar a gestão da água pública em baixa, pois, neste momento, as autarquias, nestes últimos anos, viram-se constrangidas no abastecimento de água em alta, sendo as Águas do Norte Alentejano que decidem o tarifário, mas, o tarifário da rede em baixa é gerido pela autarquia.

Recomendação:

“Estratégia para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento”

Mais uma vez os Municípios são confrontados com limitações à sua autonomia no que respeita ao acesso a fundos comunitários para financiamento da requalificação e modernização dos sistemas de água e saneamento de águas residuais que são fundamentais para uma gestão mais eficiente do Ciclo Urbano da Água.

Sob o argumento de que a apresentação de candidaturas aos fundos comunitários só serão possíveis a entidades gestoras que abrangem no mínimo 50.000 habitantes residentes e envolvam a totalidade da



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

área territorial de 3 ou mais concelhos, o Governo e as CIMs têm vindo a desenvolver esforços visando levar à constituição de entidades gestoras de águas e resíduos em baixa que originarão a alienação das responsabilidades dos Municípios na gestão dos serviços de águas e de saneamento de águas residuais.

Ontem mesmo, o distrito de Portalegre recebeu a visita do senhor Secretário de Estado do Ambiente para esclarecimentos sobre a matéria.

A Assembleia Municipal do Crato recomenda ao Executivo Municipal que recuse alienar o seu direito de gerir a sua rede de abastecimento de água e de saneamento.”

O eleito **José Tribolet, do PSD**, propôs a seguinte alteração:

Onde se lê:

“A Assembleia Municipal do Crato recomenda ao Executivo Municipal que recuse alienar o seu direito de gerir a sua rede de abastecimento de água e de saneamento”.

Deve ler-se:

“A Assembleia Municipal do Crato recomenda ao Executivo Municipal que recuse alienar os direitos que atualmente tem, sob a sua rede de abastecimento de água e de saneamento”.

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, regozijando-se pelo facto da Assembleia Municipal ser descentralizada, aproximando, desta forma, a população a este órgão.

Questionou o senhor Presidente sobre uma deliberação de Câmara, onde foi deliberado um apoio às IPSS's.

Disse concordar com a alteração sugerida pelo eleito José Tribolet, à recomendação apresentada, por uma questão de clareza de gestão, pois considera que, é um património público e não deve ser alienado.

Depois de apreciada, a recomendação “**Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento**” foi aprovada, a alteração sugerida pelo eleito José Tribolet.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, fazendo referência ao mau serviço prestado, pela empresa Valnor.

Sobre a questão da água, disse que, a mesma, é um bem público e, não pode ser entendida como uma mercadoria, ou seja, a sua gestão não pode sair da esfera pública e ser entregue à gestão privada, fazendo referência ao contrato com as Águas do Norte Alentejano, no passado, contrato no qual, os Municípios foram enganados.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, fez uma saudação geral à população (que enchia o Multiusos) e lembrou que a Câmara já ali fizera uma semana descentralizada, uma reunião de Câmara e também agora a Assembleia Municipal o fez.

Considera que, a questão da gestão da água, é bastante complexa e, que, a mesma, terá que ser decidida de uma forma célere, informando que, o timing para decidir aquilo que é a premissa do Município do Crato, é bastante apertado.

Disse que, o que está em cima da mesa, é a criação de um sistema municipal/intermunicipal, para a gestão da água em baixa, com controlo total dos quinze Municípios, ou uma gestão partilhada com uma entidade privada e os Municípios, de modo a evitar a alienação da gestão da água em baixa, a 100%, a uma empresa particular, ou a 100% aos Municípios, salvaguardando algumas Câmaras que têm contratos com privados, nomeadamente Campo Maior e Elvas e, também, tendo em conta algumas dúvidas existentes, na integração da recolha de resíduos.

Informou que, perante tantas dúvidas existentes, os Municípios irão reunir e ter a ajuda técnica, de modo a permitir ter uma noção mais real de, qual a melhor opção, vantagens e desvantagens de toda esta gestão.

Disse que, os Municípios, têm entidades reguladoras dos tarifários cobrados no consumo da água, que obrigam a cumprir determinados parâmetros, ou seja, a água em condições de qualidade segundo os parâmetros que são identificados pelas mais diversas entidades, torna-se escassa e tem que ser gerida com muita responsabilidade, cumprindo regras para a sua utilização que entroncam em coisas muito simples.

Informou que, o Município do Crato, tem uma taxa de perdas de 52% da água que compra, ou seja, da água que é comprada só se consegue faturar 48% e, isso, ao nível do que, é a gestão municipal, é um constrangimento, considerando que devem ser colocadas regras, para uma melhor gestão e ter uma maior responsabilidade naquilo que é a renovação dos sistemas de abastecimento de água e, nos sistemas de recolha de resíduos e esgotos, referindo que o valor para esta renovação é bastante avultado.

O Senhor Presidente informou que ficou assustado com os números que lhe deram referentes à remodelação da rede de água e esgotos e no futuro não deverá haver apoios. Por outro lado, ficou contente por não haver uma decisão como foi a da VALNOR, que se tratou de uma imposição

Referiu que, a reunião com o Secretário de Estado do Ambiente foi muito útil, na medida em que, se percebeu quais são as diretrizes e regras existentes que, permitem os Municípios situar, no sentido de saber qual vai ser o ponto de ação nesta temática da água.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Informou que, o Município, ainda hoje, está prejudicado com decisões do passado, dando o exemplo da falta de abastecimento de água e tratamento de esgotos, no Pisão, Monte da Velha e Sume, criando problemas e custos cíclicos ao Município, constatando que é uma situação complicada de resolver, pois já teve uma reunião com a EPAL e, as soluções para estes problemas não são de fácil resolução.

Referiu que, está escrito no contrato com a EPAL, que a mesma é obrigada a colocar água em alta no depósito do Pisão, Sume e Monte da Velha, situação que não se verificou todos estes anos e, neste sentido, o Município deveria ser ressarcido, pois ter aceite este fornecimento de água sem se ter acautelado estas três situações, foi bastante oneroso para a autarquia. A EPAL ouviu o Município e, o Município vai aguardar que, tal situação se resolva, continuando a pressionar esta empresa.

Fazendo referência à intervenção do eleito António Rodrigues Lopes, clarificou que a deliberação sobre o apoio às IPSS's continha uma duração temporal específica e, que, terminou, ou seja, existiu uma deliberação que findou e que alguém entendeu não continuar a dar tal apoio a estas instituições.

Informou que, este executivo, tem um compromisso distinto, começando por analisar a situação das IPSS's, tendo noção que estas instituições têm um papel fundamental para o Concelho do Crato, quer ao nível do emprego, quer ao nível do serviço prestado.

Considera que, se deve ter uma atenção especial, mesmo tendo limites para apoiar, equilibrando da melhor forma possível, os apoios que a Câmara irá dar a estas instituições, desejando que os mesmos sejam constituídos um contributo do Município do Crato, para a sustentabilidade destas instituições numa perspetiva de respeito, de reconhecimento e, de se poder dizer que, o Município está ao lado daqueles que contribuem para a alavancagem da economia do Concelho do Crato.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, manifestando o seu agrado e agradecimento pela descentralização que, em tão boa hora, a Assembleia Municipal trouxe a Vale do Peso a realização desta sessão da Assembleia, agradecendo igualmente ao senhor Presidente da Câmara Municipal, pela nova abertura que está a transmitir do Executivo e, que, recentemente trouxe a Vale do Peso a Presidência Aberta, permitindo a aproximação da população ao órgão Câmara Municipal.

Relativamente à proposta de recomendação disse que, a mesma, não merece grandes reparos, solicitando que, este tipo de documentos, possam chegar aos eleitos com mais tempo, para uma análise mais pormenorizada.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que está de acordo com este princípio do apoio às IPSS's, pois defende que, qualquer tipo de apoio que seja dado de forma equilibrada, deve ser protocolizado e com critérios, disponibilizando-se para a resolução dos problemas existentes.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Terminou congratulando com a descentralização da Assembleia Municipal, bem como a Presidência Aberta levada a cabo pelo Executivo Municipal.

Pelos **eleitos da CDU**, foi apresentada uma tomada de posição intitulada **“Pela Defesa do Serviço Postal”**, a qual foi apreciada pelos membros da Assembleia Municipal.

Tomada de Posição **“Pela Defesa do Serviço Postal”**:

“Os trabalhadores dos CTT, com o apoio das populações e de inúmeras autarquias, realizaram em Lisboa uma significativa ação de protesto e de luta.

Protesto em relação à forma como não estão a ser respeitados os seus direitos enquanto trabalhadores e cidadãos e os direitos das populações em terem garantido um serviço postal universal.

Luta necessária e justa para garantir às populações e ao país um serviço público que não só é essencial como não é compatível com a busca cega do lucro que caracteriza uma empresa privada.

Depois dos contatos com as populações, reuniões com comissões de utentes e com autarquias, das audições com os Grupos Parlamentares, das audições nas Comissões de Trabalho e Economia da Assembleia da República, das reuniões com a ANACROM e ANMP, depois dos plenários e contatos com os trabalhadores a nível nacional e da greve realizada em dezembro passado é agora claro para todos os que os CTT têm que aumentar o número de trabalhadores, de giros e de estações atualmente existentes e não, como anunciaram e preparam, fechar estações, despedir trabalhadores e isolar ainda mais as populações.

Perante o autismo da Empresa justifica-se a exigência da reversão total da privatização dos CTT, conforme Petição já entregue na A.R.

A Assembleia Municipal do Crato, não pode ficar indiferente ao desmantelamento do serviço postal, também no seu território e, por isso:

- *Junta a sua voz a quantos tem vindo a defender junto do Governo da República a necessidade deste, assumindo as suas responsabilidades no sentido de salvaguardar a rede pública postal, tome as medidas necessárias para reverter a privatização dos CTT e garanta que o serviço postal universal volte a ser prestado com qualidade às populações e empresas independentemente do local onde estão inseridas.”*



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou à votação a **tomada de posição** intitulada “**Pela Defesa do Serviço Postal**”, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da **CDU**, para propor que a Assembleia Municipal tomasse uma posição sobre o tema “**Barragem do Pisão**”.

A Presidente da **Assembleia Municipal**, **Sandra Cardoso**, propôs um intervalo para consensualizar a proposta de tomada de posição sobre a Barragem do Pisão.

Pelos eleitos da Assembleia Municipal, foi apresentada uma tomada de posição relativamente à **Construção da Barragem do Pisão**, a qual foi **admitida à discussão por unanimidade**.

Tomada de Posição:

A Assembleia Municipal do Crato, atenta à situação crítica do abastecimento de água às populações do Nordeste Alentejano e, seu previsível forte agravamento no futuro próximo, reafirma perante a população e os responsáveis da Administração Central e Local que, considera estarmos confrontados com uma situação de emergência regional, cuja permanência acarreta elevados riscos para a vida dos nossos concidadãos.

Nesta conformidade, a Assembleia Municipal do Crato exige a tomada de decisões políticas que viabilizem e concretizem, no mais curto espaço de tempo, possível, a construção da Barragem do Pisão, tendo em vista, nomeadamente, assegurar o abastecimento em segurança da água à população, a que acresce, evidentemente, os impactos no setor agrícola, com elevado potencial no combate à desertificação e ao subdesenvolvimento crónico desta região.

Exigem-se tomadas de posição públicas sobre esta matéria, por parte dos altos responsáveis, esperando que, no entretanto, não ocorram graves disrupções no referido abastecimento consequências extremamente sérias para a normalidade da vida das populações da região.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou à votação a **tomada de posição** relativamente à **Construção da Barragem do Pisão**, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, dizendo que, estes quatro meses foram muito árduos, trabalhou-se na desmaterialização de processos e fez um resumo da atividade do Município, onde faz referência, nomeadamente, à limpeza urbana, recuperação do atraso que existia ao nível de ramais de água e esgoto, recuperação e remodelação das instalações da Escola EBI do Crato, Escola Agostinho Roseta (Antiga Escola Primária), Pavilhão Municipal, Edifícios Municipais e respetiva organização, no sentido de se conseguir dar uma melhor resposta no futuro.

Fez referência às reuniões tidas com as Juntas de Freguesia do Concelho e, na iniciativa da Câmara Municipal em levar a efeito a Presidência Aberta, no sentido de aproximar as pessoas do órgão, com o intuito de conhecer melhor os problemas da população.

Congratulou-se com o empenho e dedicação de todos os funcionários e colaboradores do Município, durante estes quatro meses.

De seguida deu a palavra à **Técnica Responsável pelo Gabinete de Planeamento, Dr.ª Sónia Mirrado** para fazer uma apresentação relacionada com os Projetos Candidatados ao Portugal 2020, a qual fez uma breve explicação sobre cada prioridade de investimento.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, dizendo que, relativamente aos equipamentos sociais, foi decidido em pacto da CIMAA, que será negociado com o Portugal 2020, um valor global para todos os Municípios e, que, será distribuído por prioridades. Foi entendimento da maioria dos Municípios do Alto Alentejo não incluir na prioridade 9.7 – Equipamentos Sociais, à exceção de Monforte e Campo Maior.

Referiu que, o valor que o Município do Crato, teria direito era diminuto para responder a todas as IPSS's e, desta forma, não estando nesta prioridade de investimento, deu-se oportunidade a que todas as IPSS's pudessem candidatar-se, a este eixo.

Relativamente à prioridade 8.8 – Apoio ao Emprego e Empreendedorismo – Ninho de Empresas, informou que foi decidido por todos os Municípios, fazer-se um ajuste nesta prioridade e passá-la para apoio a projetos privados de empreendedorismo e investimento, ou seja, esta verba é transitada para as empresas do distrito de Portalegre e do concelho do Crato, para que as mesmas se possam candidatar a este tipo de apoio, fora do pacto, com um valor bastante residual, sendo que o único constrangimento é a data de apresentação da candidatura, que é abril.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Relativamente ao Centro de Saúde do Crato, informou que, todo o trabalho foi feito pelos técnicos do Município, apesar de se ter decidido que o dono da obra, teria que ser a ULSNA e, este projeto está inserido nesta apresentação, no sentido de dar uma perspetiva global a todos, daquilo que é o aproveitamento dos fundos europeus da parte do Município do Crato, mas também, de alguma forma, fazer um reconhecimento e um enquadramento do trabalho dos técnicos do Município do Crato, convicto que este projeto irá ser uma realidade.

Tomou a palavra o eleito **José Tribolet, do PSD**, congratulando-se com a apresentação feita e, com o relatório de atividades da Câmara Municipal, sugerindo que, posteriormente, o senhor Presidente possa fazer uma leitura integrada de todas estas iniciativas, alinhada com uma visão estratégica para o desenvolvimento previsto, no sentido de todos os membros poderem acompanhar a visão da Câmara no conjunto destas iniciativas, considerando necessário adicionar algumas componentes para se saber como tudo isto, se vai traduzir em mais desenvolvimento para o Concelho e, futuramente avaliar as lacunas existentes.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, as regras são conhecidas e, que, em boa oportunidade, o conjunto dos Municípios, decidiu contratualizar o quadro comunitário de apoio, de modo a facilitar a vida dos mesmos.

Congratulou-se com a apresentação relacionada com os Projetos Candidatados ao Portugal 2020, desejando que o projeto do Centro de Saúde seja célere, considerando que é urgente que esta obra avance, criando assim condições para os utentes e para os profissionais de saúde, para melhor e servir a população e, por outro lado, libertar as atuais instalações, que são pertença de uma IPSS, possibilitando esta instituição de se candidatar à ocupação deste espaço.

Considerando ser uma questão técnica, questionou o facto de, ainda vir na atividade da Câmara Municipal, a Remodelação e Construção da Casa Mortuária de Vale do Peso, considerando ser uma questão que pode não estar explanada na atividade, uma vez que está concluída.

Questionou o senhor Presidente da Câmara, de qual a reflexão do Executivo sobre a Rede Viária, relativamente a possíveis candidaturas a linhas de crédito, considerando que a Juntas de Freguesia também se deveriam envolver neste processo.

Fez referência ao cumprimento de taxas de execução dos fundos comunitários, referindo que, se deve combater toda a burocracia existente, no sentido de ver, o que se pode aproveitar, considerando que o atual Executivo tem uma pesada herança e bastantes compromissos assumidos que tem que ser cumpridos.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, congratulando-se com a reunião que o Presidente da Câmara Municipal teve com os Presidentes de Junta durante o mês de janeiro e, também com o facto, do Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, ter descentralizado a reunião Comissão Municipal da Defesa da Floresta, a qual foi realizada em Gáfete, tendo sido realizado o briefing do Comando Distrital da Proteção Civil relativamente aos últimos períodos em termos de ocorrências.

Aproveitou também para falar relativamente às atividades do Gabinete Florestal, dando nota que vai entrar em vigor um período em que pensa que todos devem ter um dever cívico de cumprimento perante a lei, nomeadamente a lei n.º 76 de 2017, referindo que, a Coordenadora do Gabinete Florestal, que contactou anteriormente, lhe deu nota que irá ser distribuído pelo Município, um folheto explicativo de acordo com as normas que deverão ser seguidas por todos os cidadãos.

Tomou a palavra o Presidente da **Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que, relativamente ao que é a atividade da camara, quis só reforçar o que já tinha sido dito anteriormente em relação às reuniões de trabalho, acrescentando as reuniões com os senhores Presidentes de Junta.

Referiu que, existem alguns trabalhos a necessitar de serem executados em Monte da Pedra, nomeadamente, árvores de grande porte para poda, jardins para arranjar, calçadas a necessitar de arranjo, grelhas de águas pluviais a necessitar de serem feitas, que neste momento até poderão constituir algum perigo para as pessoas que se encontram a caminhar, que eventualmente se poderão magoar com as mesmas.

Considera que, os projetos comunitários no âmbito do Portugal 2020, devem ser aproveitados, deve de haver projetos em carteira para se poder concorrer assim que abram candidaturas, mas também desejaria que houvesse alguma descentralização para que se olhasse para as freguesias e se fizessem projetos conjuntos com as mesmas, sendo apenas uma sugestão sua.

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, considerando que, o senhor Presidente herdou uma situação complexa cheia de problemas, resultado global de uma política de ir fazendo que se faz, remediando situações. A propósito disso, considera que, nunca houve uma preocupação de atribuir responsabilidades às Juntas de Freguesia, que podem realizar potencialidades com os recursos que têm, ajudados também com os recursos materiais da camara, podendo dessa forma responder a alguns problemas da sua freguesia.

Disse que, nunca existiu um plano estratégico de desenvolvimento global para o concelho, de modo a acautelar o futuro, futuro esse que é já o dia de hoje, porque o que não se faz numa determinada fase, num



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

determinado momento, acrescentam se problemas e dificuldades, pois é sua vontade, ver o concelho a progredir neste mandato, com uma estratégia de desenvolvimento global para o mesmo.

Regozizou-se com a apresentação feita pela Técnica da Câmara Municipal, considerando que, existem montantes relevantes que respondem a determinados problemas, mas, tenho a precessão de que efetivamente, isto comparado com as necessidades, lembrando-se de estruturas de edifícios como outros problemas, como por exemplo o atraso e atavismo do parque industrial, como uma série de desafios com os quais o concelho está confrontado, haverá muitos projetos eventualmente a implementar.

Disse ter conhecimento que, a comunidade europeia não irá dar as mesmas oportunidades que já deu em períodos anteriores, aquilo que hoje é o programa 2020, de alguma forma já se aponta em determinadas instâncias institucionais de reflexão do futuro da comunidade, que estará numa fase final, já se falando agora no 2030, sendo isso um pouco para dar alguma tranquilidade ao futuro desta Europa.

Quis também referir que, ao que lhe é mais palpável e que decorre das atividades aqui referidas, constatou que o senhor Presidente, nestes primeiros tempos, foi de responder a alguma organização e a alguma reformulação das estruturas dos serviços, para que, se fizesse uma alteração qualitativa na resposta e na preocupação de acautelar o futuro deste concelho.

Solicitou que, este Executivo e o senhor Presidente, tomassem a iniciativa, dentro dos mecanismos que a lei permite, que houvesse uma descentralização para as Juntas de Freguesia, apostando nas potencialidades dos Presidentes de Junta, pois considera que, existem questões que têm a ver com a perspetiva global do concelho, por exemplo, Barragem do Pisão de que já se falou, o famigerado Ramal de Cáceres, que está abandonado.

Falou também do problema das estruturas viárias, quer as estradas que são da responsabilidade do Município, quer os caminhos vicinais, tendo reparado pelos diversos sítios por onde passou, que o cidadão comum tem algumas dificuldades nesses acessos.

Questionou em que condições estão as máquinas que foram adquiridas, com um projeto que na altura era promissor, tendo como objetivo responder aos problemas, sem recorrer a empresas privadas e a procedimentos concursais que, dificultariam a alteração e a melhoria para a qualidade de vida dos munícipes.

Por fim, colocou uma questão relacionada com as Termas da Fadagosa, em Monte da Pedra, pois constatou que, mais uma vez, as portas se encontram arrombadas, considerando ser urgente que a camara tenha gente em permanência para cuidar do espaço, interior e exterior, para que efetivamente não se encontre desprezada aquela estrutura.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Tomou a palavra a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, colocando algumas questões, nomeadamente, uma que tem a ver com o facto de se estar num período de seca extrema e, que, esses períodos cada vez serão mais recorrentes, irá haver mais anos consecutivos em que isso se repetirá, sendo que há 20 anos se previu que isso aconteceria e, neste momento, é uma realidade, continuando a haver estudos a comprovar o mesmo e, neste sentido, questionou quais as medidas que o Município tem para minimizar este efeito, quer para os agricultores, quer numa sensibilização interna junto dos trabalhadores, quer no uso de água na jardinagem, sabendo que existem furos no município, não sabendo como está o acordo das águas, se pode ou não ser utilizada para o mesmo efeito, pois dessa forma não se estaria a gastar água tratada nestes trabalhos.

Outra questão que colocou, diz respeito à contínua passagem dos camiões da madeira, que cada vez passam mais, pelo menos em Monte da Pedra passam imensos, e não cumprem qualquer limite de velocidade ou de peso, nesse sentido, questionou se eles têm autorização de passagem ou não, se há algum compromisso a nível de pagarem alguma caução, para a eventual reparação de estradas e, também se, haveria a possibilidade de eles passarem a horas de menos movimento para a população, pois muitas das vezes a pessoa tem que parar para eles passarem.

Relativamente á questão da eficiência energética e suas candidaturas, disse que esteve no aniversário da Junta da Cunheira, onde estava o Presidente da Câmara de Alter do Chão, o qual disse que tem uma candidatura que tem a ver com a eficiência energética dos edifícios sociais da Câmara a que vai concorrer, para vidros duplos, caixilharias, portas, etc...nesse sentido, questionou se a Câmara não pretende concorrer à mesma, para a melhoria de alguns edifícios sociais pertencentes ao Município.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, considerando que, é muito importante esta questão das Juntas de Freguesia, mas antes será de grande importância saber quais são as atribuições e competências de cada um dos organismos, os dois organismos reunirem entre a sua colaboração, concordando com a descentralização, porque o descentralizar pressupõem também responsabilidades repartidas e, responsabilidades financeiras também repartidas, portanto, considera que as Juntas de Freguesias, em muitas situações, são as que estão melhor colocadas para que se resolva, no imediato, determinadas questões e, que, até será mais económico em relação aos recursos existentes nas Câmaras e como tal, considera que deva ser um caminho a fazer neste momento.

Disse que, existem candidaturas que podem ser feitas per si, que se diga que as Câmaras Municipais deveriam ter gabinetes de apoio aos investidores, podem ter nos seus parques recursos, apoio às suas juntas de freguesia na elaboração das suas próprias candidaturas.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Referiu que, se está em início de mandato, há um caminho para percorrer, para perceber e analisar bem os dossiers, para depois se ver os recursos e as capacidades instaladas, diferenciando o que são responsabilidade da Administração Central e o que são responsabilidade da Autarquia e Juntas de Freguesia.

Considera que as Juntas de Freguesia devem ser portadoras de reivindicação, de lhes serem dados os meios de execução, porque senão, qualquer dia, as Juntas de Freguesia desaparecem e as Câmaras serão simplesmente as lojas do cidadão de quinta geração, pois perdem autonomia na chamada aproximação aos cidadãos.

Lembrou que, relativamente às estradas, há uns anos, as Câmaras Municipais que embarcaram com a chamada desqualificação de estradas, as estradas foram desclassificadas, o Governo entregou-as todas em condições, houve inclusive autarcas que fizeram um grande brilharete em vésperas de eleições, pois tinham o concelho todo alcatroado. Mais tarde levantou-se foi um problema, pois a sua reparação e conservação passaram a ser responsabilidade do Município.

Considera que, tudo o que é urbano que era nacional devia de ser desclassificado para os respetivos Concelhos, porque desse modo permitia à Câmara, resolver problemas e não ser necessário estar à espera de pareceres.

Disse que, é necessário clarificar esta questão, no sentido de saber devidamente o que são atribuições e competências de cada um.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, dizendo que, relativamente ao documento apresentado e à estratégia para o futuro, referiu que é natural que alguns membros, por não terem estado na reunião de aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, tenham falta de substância sobre o que foi apresentado, e o qual reflete qual a estratégia que é desejada para o município do Crato, no que diz respeito à Educação, Área Social, Remodelação e Rentabilização dos Recursos do Município, quer ao nível de equipamentos, quer ao nível de outros tipos de recursos, e também uma aposta forte no empreendedorismo e desenvolvimento.

Referiu que, existe planeamento semanalmente, que se trabalha no sentido de responder ao que são as obrigações do Município, não colocando de parte todas as atividades que não são da autarquia, mas priorizando tudo aquilo que são necessidades e organização do Município. Em quatro meses teve de haver um esforço para acorrer a muita coisa. Haverá um reforço de meios humanos durante o ano em curso.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

No que diz respeito à maquinaria, disse que, apresentou um relatório à Câmara Municipal sobre o estado das viaturas e, o que se verificou é que o mesmo é deplorável e, neste sentido, decidiu que, não se irá reparar determinadas viaturas, pois existe a possibilidade em orçamento, de contrair Leasing para a aquisição de novas viaturas, que irão substituir as que estão inoperacionais, na medida das necessidades apenas do Município, pois aquilo que forem as necessidades de outras entidades, as mesmas terão que ter a capacidade de se adaptar a esta nova realidade, assumindo que vai ser um caminho duro de percorrer, e poderá até ser contraditório em determinados aspetos políticos.

Informou que, está na expectativa daquilo que vai ser Portugal 20 20, ou seja, aquilo que existe é uma taxa de execução que eventualmente não corresponde à expectativa, existindo também algumas prioridades de investimento em que a sua cabimentação não corresponde às expectativas dos Municípios e que se está à espera para ver se existe abertura para que determinadas prioridades de investimentos sejam reformuladas para outras.

Relativamente à rede viária disse que, não existem prioridades na mesma, não existe também luz ao fundo do túnel, já existiam algumas conversas mas, nada de concreto relativamente à renegociação da rede viária, pois era muito importante para os municípios, para a sua rede viária municipal, pois existem intervenções graves a necessitar de serem feitas, tais como a sinalização, piso e marcas da estrada, deixando nota, em como o Município vai avançar, ainda durante o mês de março, para colocação de marcas na estrada em todas as estradas municipais e algumas reparações de forma eventualmente muito artesanal, ou seja, com os nossos meios, pois neste momento, o Município não tem capacidade financeira, não tem sequer previsto um valor superior para esse fim, identificando isto como uma lacuna na elaboração do orçamento, que assume dizendo que, se tiver oportunidade de o corrigir, corrige.

O senhor Presidente quis também dar nota de que, irão colocar um reforço de sinalização em alguns sítios com os meios próprios do Município, sinalização vertical.

Aproveitou também para falar sobre os camiões da madeira, referindo que, já tiveram uma reunião com a empresa em questão, já foram enviados alguns e-mails e, que, se tem dado seguimento às comunicações que têm tido por parte das Juntas de Freguesia. Disse que, existe aqui um compromisso, que não está escrito por parte da empresa, no sentido de fazer uma análise dos danos feitos nas estradas e, também já foi efetuado, um levantamento por parte do Município, a pedido de uma Junta de Freguesia, tendo a noção dos danos que ali estão, mas também tendo a noção que, até ao término da retirada da madeira, o problema irá agravar-se, referindo que se tem feito o possível para minimizar esses danos através da



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

sinalização, da limpeza e informando que, houve um compromisso com a empresa, no sentido de os camiões passarem mais espaçados e não todos ao mesmo tempo, situação que não tem acontecido.

O senhor Presidente quis deixar a nota no sentido de que, normalmente, a Câmara Municipal é ouvida no que diz respeito à plantação de uma nova mancha de eucaliptos, onde é dado um parecer com uma série de recomendações, nomeadamente, com as faixas de limpeza que devem ser garantidas. O que é facto é que, esse parecer não é vinculativo, a camara dá esse parecer, mas depois vale o que vale. Também existe aqui uma consciência estando aquela mata autorizada até determinada altura, depois as empresas têm que fazer a retirada da madeira da mesma. Disse que tem tentado é que, juntamente com o Gabinete Técnico Florestal, exista um equilíbrio e uma capacidade por parte da empresa, de nos ajudar a minimizar os estragos que provém desta retirada.

O senhor Presidente quis também referir que, também partilha de algumas das dificuldades das Juntas de Freguesia, uma vez que ele próprio já foi Presidente de uma Junta e, como tal, entende perfeitamente as dificuldades inerentes ao mesmo, mas também quer que o concelho tenha Presidentes de Junta proactivos, e dinâmicos e, que, trabalhem em conjunto com o Município, mas, que, também façam o trabalho deles.

Disse que, a Câmara tem feito um trabalho que não se vê, que passa por conseguir ter um documento pronto o mais rápido possível, para um acordo de execução e transferência de competências para as Juntas de Freguesia, documento esse que possa ser analisado, para que possam dar algumas opiniões e celebrar esses acordos de transferências de competências com a maior brevidade possível.

O senhor Presidente quis também dar nota que, os meios da Câmara Municipal são o que são, são finitos, que os senhores Presidentes de Junta também tem competências próprias, dinâmicas próprias que devem de executar e, que, muitas vezes, têm que operacionalizar, deixando claro que, isto não é uma crítica, mas sim desabafo da sua parte, pois pensa que, já estão a perceber melhor a inversão que irá existir relativamente a algumas situações com as Juntas de Freguesia e, que, estão a aceitar mas, que, será um percurso complicado e, para o qual vai ser necessário muita capacidade para trabalhar em conjunto com a Câmara.

O senhor Presidente quis também dizer que, o objetivo é ir trabalhando em conjunto, ir falando, sabendo que eventualmente tem tido pouco tempo para falar com todos os Presidentes de Junta mas, que, houve uma coisa que percebeu nestes últimos quatro meses é, que para correr atrás de determinados assuntos, tem que se ser objetivo e pragmático.

Relativamente aos edifícios das Juntas de Freguesia, disse já ter tentado arranjar algumas soluções para os mesmos, pois muitos deles necessitam de algumas intervenções, nomeadamente com a climatização e a



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

eficiência energética dos edifícios, sendo que, esses edifícios não são elegíveis porque, não existe no histórico, mesmo fazendo um contrato de comodato para passar esses edifícios para o município, de modo a que seja o município a candidatar-se, uma vez que, as Juntas não o podem fazer, dando como exemplo, uma das coisas fundamentais, que é a fatura da luz estar no nome do Município.

Referiu também que, já tentou junto do senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, encontrar outras soluções para os edifícios das Juntas, não chegando, até agora, a grandes soluções, poderá haver algumas situações viáveis para o futuro e foi, neste sentido que, o senhor Presidente pediu a cada Presidente de Junta que, com a máxima simplicidade, pragmatismo e capacidade, quando o contactarem com um problema lhe apresentem logo uma ou duas soluções.

Relativamente aos equipamentos do Município, disse que a Câmara está a tentar ir por algumas prioridades e candidatar equipamentos, tendo a capacidade de procurar mais soluções ao nível de diversos Ministérios, para que as possa partilhar com as Juntas de Freguesia.

O Senhor Presidente disse ainda que o Programa 2020 é mais virado para as pessoas. Construiu-se muitos edifícios nos municípios e agora temos de andar a tentar preparar os mesmos para mais vinte ou trinta anos. Temos umas Oficinas Municipais de 1970 e não há apoios, vamos ter de as melhorar a expensas próprias

Relativamente à questão dos incêndios e da limpeza das florestas disse ter grande preocupação, mas, que, tudo está encaminhado, que o Gabinete Técnico Florestal já fez um trabalho de Georreferenciação de todos os aglomerados populacionais e as faixas de contenção das mesmas, está a terminar a identificação de casas isoladas e a Georreferenciação das mesmas, já se começou a fazer limpezas naquilo que são os terrenos municipais, no sentido de se transmitir o exemplo para as outras pessoas.

Relativamente aos caminhos vicinais e rurais, existem sim trabalhos para fazer, existindo situações mais complicadas, outras mais fáceis, que serão programadas com tempo. É necessário resolver o problema da maquinaria, com algumas reparações e algumas aquisições, necessitando também mais alguns recursos humanos para fazer face a isto, fazer um planeamento, verificar quais são os caminhos, tendo em mente que existe prioridades.

2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Orçamento – 2018.

Tomou a palavra o eleito **José Tribolet, do PSD**, congratulando-se com aquilo que considera um marco numa mudança e atuação da Câmara Municipal, numa matéria tão importante como a contratação de



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

peçoal, não valendo a pena estar a repisar muito no passado mas, as práticas anteriores mereceram a sua denúncia sistemática e, como tal, não pode deixar de se congratular com a forma como esta Câmara está a tratar, de forma diferente e com procedimentos corretos, a datação do seu peçoal e aproveitar neste momento as circunstancias de regularização em curso, neste momento no país, de moda a acertar uma situação muito incorreta e, que, permanecia há muitos anos.

Quis também referir a importância de assegurar, não apenas o que se encontra para ratificação nesta assembleia, que é o novo quadro de peçoal contemplando a regularização de um conjunto de situações de necessidade de peçoal permanente ao serviço da Câmara, mas também a forma como este peçoal irá ser contratado, irá ser feito com grande transparência e respeito no espírito e na forma pela lei.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, no início deste mandato, a forma frontal e política como se discutiu, que era necessário dotar a Câmara Municipal de um quadro de peçoal para as suas próprias dimensões e necessidades e, que, aproveitando essa mesma questão, para dotar de recursos, mas de recursos qualificados e devidamente enquadrados, aprovou-se o mapa de peçoal, sendo por isto uma oportunidade para se fazer requalificação de trabalhadores, rever pontuações, pois também aqui se encontram algumas situações injustas na própria administração local.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, dizendo que, em relação à precariedade, é sem dúvidas uma chaga dos tempos modernos que se vem agravando e, que, diminui a qualidade de vida das pessoas. Compete à Câmara Municipal, apoiar este tipo de medidas que dignificam a pessoa, criam estabilidade na sua vida.

Continuo dando os parabéns ao senhor Presidente porque na sua opinião, isto sim, é uma verdadeira medida estratégica, é preciso é que sejam realizadas e esta sim, é uma verdadeira medida estratégica que estabiliza a vida das pessoas dando-lhes dignidade, possivelmente mais importante para o aumento da natalidade do que propriamente os subsídios que se dão aos nascimentos das pessoas, pois as pessoas com uma vida estável, tem tendência a ter mais filhos.

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, dizendo que, esta oportunidade é única e em boa hora mais do que justa e recolhida a nível nacional, e no Crato e seu concelho, o peçoal não é muito, é uma batalha que já vem de longa data e, é de facto a todos os títulos, louvável.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, aquilo que se está a votar são os instrumentos e, a seguir, a Câmara Municipal tem as suas atribuições e competências.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Acredita que, a partir deste momento, se vai trabalhar humilde e generosamente para resolve os problemas que existem no Concelho, de modo a estabiliza o corpo dos funcionários da Câmara Municipal, dar-lhe dignidade e estabilidade emocional, para aumentar aquilo que também alguns nos grandes cursos e grandes teorias fazem notar, aumentar a produtividade e fazer render aquilo que é uma massa salarial que todos os meses sai da Câmara.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, reforçando o seu compromisso, relativamente à transparência e clareza nestes processos que vamos ter que fazer de concursos para admissão de pessoal, seja neste, seja noutros, informando que não fará parte de nenhum júri para que algum lugar destes seja preenchido e, no que depender de si, o processo de transparência e clareza nestes procedimentos será elevado ao expoente máximo.

Quis também aproveitar para dizer que, a Câmara Municipal decidiu estar na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa e, o dia que está entregue ao Município na área do Alentejo é o dia 2 de Março, com um show cooking feito pelo restaurante o Lagarteiro, com uma prova de vinhos feita pela Adega do Gamito e Herdade da Rocha e, com uma demonstração relativa ao artesanato feita pelo Oleiro Rui Heliodoro e o senhor Oliveira com as cadeiras de bunho e madeira.

O senhor Presidente aproveitou a oportunidade, para convidar todos os membros da Assembleia Municipal a estarem presentes nesse dia em Lisboa e, que, façam chegar ao gabinete do município a vontade de estar presentes, pois tem muito gosto em tentar encontrar uma solução, de modo a permitir a vossa entrada na BTL de Lisboa. Disse que é um momento importante na vida do município, e a presença de todos é importante.

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, colocou a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Orçamento – 2018 à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Não houve pedidos de intervenção.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte horas**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

Sandra Maria Sias Cardoso
Cristina Isabel dos Santos Pereira